

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
Instituto de Psicologia

SABER DA EXPERIÊNCIA DE UM PERCURSO SINGULAR DE FORMAÇÃO:
RELAÇÕES DE GÊNERO E CONSTRUÇÃO DE UM POSICIONAMENTO
ÉTICO-POLÍTICO

Daniela Fontana Bassanesi

Porto Alegre

2017

DANIELA FONTANA BASSANESI

SABER DA EXPERIÊNCIA DE UM PERCURSO SINGULAR DE FORMAÇÃO:
RELAÇÕES DE GÊNERO E CONSTRUÇÃO DE UM POSICIONAMENTO
ÉTICO-POLÍTICO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Psicologia – Habilitação Psicólogo – do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, referente às disciplinas de TCC-I e TCC-II, como requisito parcial à obtenção do grau, sob orientação da Prof. Dra. Gislei Domingas Romanzini Lazzarotto

Orientadora: Prof. Dra. Gislei Domingas Romanzini Lazzarotto

Comentadora: Ma. Daniela Dalbosco Dell’Aglio

Porto Alegre

2017

AGRADECIMENTOS

À memória de minha mãe, por ter me ensinado a ser apaixonado;

Ao meu pai, por ter me ensinado a ser curioso e por ser um porto seguro, rocha sólida ao qual me ancorei nos tempos de tormenta;

Ao meu companheiro, por ter me ensinado a viver a vida mais leve e por ter me oferecido constância nos momentos em que a vida insistiu em pesar;

A amigas e amigos da infância e da adolescência que atravessaram os anos comigo, e na durabilidade dos nossos encontros são o ponto de referência de quem fui e fazem possível enxergar quem me tornei;

A amigas e amigos que ganhei no curso de Psicologia, pela parceria indispensável para esse tornar-se;

À orientadora deste trabalho, por ter me ensinado a enxergar as fissuras na trama de forças que compõem a vida, e as potências que elas escondem;

À todas as pessoas que compuseram os espaços em que circulei durante a graduação em Psicologia e que acolheram e possibilitaram a experiência: o Instituto de Psicologia, o Diretório Acadêmico Samuel Eggers, o Incrível (DASEIN), o Núcleo de Pesquisa em Sexualidade e Relações de Gênero (NUPSEX) e o Centro de Referência em Direitos Humanos, Relações de Gênero e Sexualidade (CRDH), o Programa de Educação Tutorial (PET) Psicologia, o ESTAÇÃO PSI e o Programa Interdepartamental de Práticas com Adolescentes em Conflito com a Lei (PIPA), o Centro Integrado de Atenção Psicossocial (CIAPS) do Hospital Psiquiátrico São Pedro... por nossos encontros, que nas suas convergências e divergências me possibilitaram construir a minha formação,

Meu muito obrigada!

Que sejamos cada vez mais diversos e felizes.

SABER DA EXPERIÊNCIA DE UM PERCURSO SINGULAR DE FORMAÇÃO:
RELAÇÕES DE GÊNERO E CONSTRUÇÃO DE UM POSICIONAMENTO
ÉTICO-POLÍTICO

Resumo: Esta escrita partiu de um acontecimento extremo, em que um homem assassinou premeditadamente várias mulheres e deixou uma carta a respeito de seu ato. O entendimento sobre esse acontecimento se deu pela problematização das condições que o produziram, evidenciando um contraste com formas de manifestação sobre o caso na mídia e com opiniões registradas pelos leitores dos portais de notícias, que focavam na individualidade das pessoas envolvidas. O que torna possível essa divergência de olhares? Essa questão constituiu a zona de produção deste Trabalho de Conclusão de Curso. Experimentei esse processo através da própria escrita, em formato de ensaio, utilizando-o como um método para a construção do pensamento a partir da experiência, conforme propõe Jorge Larrosa Bondía. Encontrei, nessa construção, os saberes sobre a produção de subjetividade, as relações de gênero e o feminismo, e passei a retrair por quais perspectivas entrei em contato com esses saberes no percurso de formação como Psicóloga. Esse processo conectou o acontecimento, como um disparador, com a experiência produzida em cenas do percurso de formação, de ser mulher e de testemunhar as experiências de outras pessoas. Ao narrar a busca de entendimento para o incompreensível, encontrei como caminho a construção de um posicionamento ético-político.

Palavras-chave: formação, experiência, produção de subjetividade, relações de gênero, feminismo

SUMÁRIO

Prólogo _____	5
1. Introdução _____	7
2. O ensaio do pensamento a partir da experiência _____	8
3. Revirando o azedo que subiu à boca _____	14
4. Cenas de formação... ou não: experiência que compõe os pensamentos _____	18
4.1 Produção de subjetividade: borrando as fronteiras do ser _____	20
4.2 Relações de gênero: como eu me percebi feminista _____	22
4.3 Feminismo no plural, para sujeitos plurais _____	27
5. Inconclusão _____	35
6. Referências _____	37

PRÓLOGO

Na virada do ano de 2016 para 2017, uma mulher foi assassinada por seu ex companheiro. Uma criança foi assassinada por seu pai. Um homem cometeu suicídio. Não só essas três pessoas morreram: essas mortes aconteceram numa chacina, que envolveu a morte de outras 10 pessoas da família, dentre elas oito mulheres.

A notícia sobre a morte de uma mulher pelas mãos de um homem dói, mas quase não choca mais. A ideia de um homem que entra atirando numa festa de família na virada do ano causa mais espanto.

Tomei conhecimento desse acontecimento num comentário casual de outra pessoa: “tu ficou sabendo da chacina que aconteceu no ano novo?” Já não lembro mais qual foi a primeira sensação que isso me causou... “Um homem matou a ex mulher e o filho e deixou uma carta dizendo por que fez isso.”

Lembro de arregalar os olhos e de acessar a internet para procurar notícias sobre o caso, para tentar entender o que aconteceu, tentar entender por que ele fez isso. Já havia passado alguns dias, então o número de *links* era muito grande: a cada nova informação descoberta, uma nova manchete. Não sei o que eu achava que seria “entender o que aconteceu”, mas não senti que eu tivesse alcançado o entendimento.

Trechos da carta foram reproduzidos em muitos sites de notícias. O homem escreveu serem planejados os assassinatos; associou isso a sentir-se injustiçado pela perda da guarda do filho, culpando a ex esposa, suas familiares próximas e mulheres em geral, o feminismo e a Lei Maria da Penha.

Uns e outros especialistas foram convocados a se manifestar a respeito. Muitas suposições foram feitas acerca do homem: louco, doente, paranóico. Muitas suposições foram feitas acerca da mulher: mentirosa, manipuladora, aproveitadora. “Algo ela fez pra provocar isso”.

A mulher se chamava Isamara. Tive um ímpeto de seguir incluindo algo sobre as personagens dessa história. Quantos anos ela tinha, o que fazia? Qual o nome e a idade de seu filho? Não recordo; li muitas notícias a respeito, e ainda assim não recordo. Eu poderia reler essas notícias para resgatar essas informações. Contudo, talvez eu não recorde porque, mesmo que eu respeite a memória dessas pessoas, as suas singulares vidas não cabem nesta escrita.

Não consigo esquecer, ainda assim, o nome do homem: Sidnei. Não consigo esquecer o gosto azedo que subiu à boca ao ler a carta que ele deixou. Não consigo esquecer a boca semiaberta e os olhos arregalados, como se tentassem deixar passar alguma expressão que pudesse apagar as palavras dele. As palavras de Sidnei...

“[...] Os homens não batem na mulher sem motivo! Alguma coisa elas fazem pra irritar o agressor. O cara não vai lá dar porrada à toa! [...]”

“[...] neste paizeco, justiça só com as próprias mãos [...]”

“[...] além do que eu preso, vou ter 3 alimentações completas, banho de sol, salário, não precisarei acordar cedo pra ir trabalhar, vou ter representantes dos direito humanos puxando meu saco, tbm não vou perder 5 meses do meu salário em impostos [...]”

“[...] Ela não merece ser chamada de mãe, más infelizmente muitas vadias fazem de tudo que é errado para distanciar os filhos dos pais e elas conseguem, pois as leis deste paizeco são para os bandidos e bandidas. [...]”

“[...] não sou machista e não tenho raiva das mulheres (essas de boa índole, eu amo de coração, tanto é que me apaixonei por uma mulher maravilhosa...) tenho raiva das vadias que se proliferam e muito a cada dia se beneficiando da lei [...]” (‘Atirador...’, 2017)

As palavras de Sidnei, tão batidas, tão desconexas, tão sem sentido... Mas que ao mesmo tempo resgatam sentidos já em circulação; palavras que talvez não fossem tanto assim de Sidnei. Se não bastasse a vaga lembrança de já ter lido e ouvido esses argumentos em outros lugares, bastou ler os comentários sobre a chacina e a carta nos portais de notícias e redes sociais para reencontrar alguns deles.

Dentre muitas manifestações de consternação, havia “diagnósticos” de doença mental, desvios de personalidade, acusações de crueldade, que foram dirigidos tanto a Sidnei quanto a suas vítimas, especialmente à ex esposa. Se, por um lado, algumas pessoas julgaram inadmissíveis os assassinatos, fruto da loucura, da doença e da crueldade, outras (às vezes as mesmas) disseram que a mulher foi a culpada por trazer à tona essa insanidade no homem. Houve até quem abertamente se declarou identificado com a carta. Já não eram somente de Sidnei as palavras que acionavam minha memória e perturbavam meu pensamento, eram as palavras de muitas pessoas.

1. INTRODUÇÃO

Que terríveis atravessamentos criam as condições de possibilidade para um acontecimento como aquele? Iniciei este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) como uma tentativa de fazer algo com o azedo que subiu à boca, e tive como resultado um ensaio que não necessariamente responde a essa pergunta.

A leitura daquelas notícias e daquela carta foi chocante. Outro choque que se produziu em mim foi o do que pareceu ser o senso comum sobre elas, as descrições e opiniões dadas pela mídia e pelo público em geral. As percebi como muito distantes de mim. “Vivo numa bolha”, foi o que pensei. O que faz com que eu me posicione tão distante daquelas expressões? O que torna possível, para mim, olhar para esse acontecimento de uma forma divergente daquelas outras tantas?

Frequentemente quando me percebo fazendo um questionamento ou uma análise sobre qualquer tema, penso como seria diferente a minha percepção se estivesse me debruçando sobre ele anos antes. Cursar Psicologia não se tratou (apenas) de dominar um aporte teórico-técnico para aplicar num fazer profissional; cursar Psicologia foi uma reconstrução subjetiva, uma reinvenção do meu eu, permitiu um deslocamento da posição que eu ocupava ao pensar, uma multiplicação das perspectivas e dos olhares e um exercício do pensamento a partir de uma ética.

Quando eu comecei a escrever este TCC, foi com a ideia de me debruçar sobre a carta de Sidnei, e de a partir dela escrever sobre violência de gênero e a tipificação penal do feminicídio. No processo de escrita, esse objetivo se metamorfoseou; passou por um querer chegar numa possível leitura para a carta e para o acontecimento, partindo de um olhar de que não se trata de um ato monstruoso e à parte de todos nós, e sim de uma condensação de discursos que já estavam e seguem em circulação na sociedade... Uma monstruosidade em nós?

No entanto, como poderia ser esse o meu ponto de chegada - uma possível leitura para a carta - se ele estava sendo o meu ponto de partida? O que se produziu a partir dele foi um resgate das experiências da formação em Psicologia que tornaram possível eu fazer aquela leitura. Assim, retracei um percurso singular - não no sentido de uma exclusividade, mas de ser um entre tantos outros possíveis - na busca por compreender como se construiu possível para mim aquele olhar.

Antes de eu chegar aqui, nesta posição que possibilita a perspectiva da qual parte minha análise, estive ocupando outras posições das quais partiam opiniões mais alinhadas com as que parecem ser as do senso comum. Como se constrói e como se compartilha esse outro olhar? Aqui encontrei a transversalidade dos saberes sobre a produção de subjetividade e as relações de gênero.

Não é apenas do senso comum - talvez mais conservador nas suas concepções sobre os papéis de gênero - que diverge o olhar que assumo presentemente. Há também uma divergência com parte das pessoas que se propõem a pensar as relações de gênero... Especialmente no que concerne às reivindicações de setores do movimento feminista, de que o combate à violência contra a mulher seja feito através de um endurecimento das penas a que se submete os agressores. Seria essa uma solução? Punir homens protege mulheres?

Aqui se segue, então, uma tradução dos movimentos e posições do meu pensamento compondo a narrativa deste singular percurso de formação, que passou a constituir o campo de problematização e a matéria de meu TCC. No segundo capítulo, o próximo, abordo a partir de que perspectiva e proposta de produção de escrita o construí. No terceiro capítulo, compartilho um olhar sobre o acontecimento disparador do meu pensamento, o ato e a carta de Sidnei. O quarto capítulo é aquele no qual faço a narrativa de cenas da experiência de formação que retracei como sendo elementos que compõem mais fortemente para mim a possibilidade daquele olhar: os saberes sobre a produção de subjetividade e as relações de gênero e o feminismo.

2. O ENSAIO DO PENSAMENTO A PARTIR DA EXPERIÊNCIA

“O desejo diz: ‘Eu não queria ter de entrar nesta ordem arriscada do discurso; não queria ter de me haver com o que tem de categórico e decisivo; gostaria que fosse ao meu redor como uma transparência calma, profunda, indefinidamente aberta, em que os outros respondessem à minha expectativa, e de onde as verdades se elevassem, uma a uma; eu não teria senão de me deixar levar, nela e por ela, como um destroço feliz’.” (Foucault, 1970/2012, p. 7)

Quando adolescente, eu adorava escrever e desenhar. Antes da Psicologia, eu estudei Arquitetura e Urbanismo. Adorava desenhar e desenhava bem. Depois de sete semestres, tranquei a faculdade, nunca mais desenhei e ainda saí com a sensação de que desaprendi a desenhar. Quando entrei no curso de Psicologia, ainda adorava escrever. Ao longo de cinco anos, se tornou uma tarefa (poderia colocar um ponto final aqui) cada vez menos prazerosa e

cada vez mais difícil. “Isso é coisa para resolver na terapia”, eu quase consigo ouvir alguns colegas dizendo; poderia ser. É uma saída conveniente, não? Assumir que essa é uma vivência individual e que portanto deve ser resolvida na privacidade de um consultório psicoterapêutico, por acaso distante dos ocupados olhos que se dedicam ao ensino e à produção de conhecimento. Ou pode ser um relato a se somar ao de tantas outras pessoas com experiências correlatas em nossas universidades a fim de provocar questionamentos e, quem sabe, se somar às forças que impulsionam transformações no sistema de ensino - transformações essas que já hoje se põem em curso a partir de maiores ou menores movimentos. O exemplo evidente são as ocupações dos secundaristas em diversos estados brasileiros, que se iniciaram em setembro de 2015, mas também nas universidades há professores e estudantes, de forma mais ou menos clandestina em seus institutos, departamentos e núcleos, discutindo e experimentando possibilidades pedagógicas não hegemônicas e não homogenizadoras.

Aqui, nesta escrita, esse relato se coloca para disparar um sentido do meu TCC, e introduzir a escolha por um formato de escrita que escapa aos tradicionais moldes acadêmicos. Felizmente, minha trajetória de formação em Psicologia também foi feita de potências e não se resume a uma capacidade de escrita atrofiada. Ela me possibilitou desenvolver e exercitar uma série de outras habilidades e práticas - inclusive essa mesma de problematizar o funcionamento de instituições algo engessadas como a academia. Ela me possibilitou também desenvolver estratégias para contornar as dificuldades do encontro com esses engessamentos, buscando suas fissuras e, nas fissuras, suas potências.

Notei que aquela dificuldade vem do medo; medo de escrever. Não um medo difuso e irracional, no entanto. Eu tenho medo de escrever porque tenho medo de ter reprovadas as ideias que quero apresentar - e de assim me sentir eu mesma reprovada. Não é esse mesmo um comum processo avaliativo? Cobra-se uma produção, seja ela de ideias originais ou de ideias a serem reproduzidas, avalia-se essa produção e, se considerada insuficiente, diz-se do ou da aluna que está reprovado. Bem sabemos, nós da Psicologia, que o uso das palavras não só reproduz como cria sentidos.

Há ainda mais um motivador do medo que sinto de escrever: de que dizer o que quer que seja em meu nome não seja suficiente. No caso de um TCC, é esperado que traga ideias originais. No entanto, essas ideias originais hão de ser muito bem embasadas em outras ideias,

de autores reconhecidos como legítimos, as quais devem ser bem explicitadas e devidamente creditadas.

O Foucault, numa aula que levou por título A Ordem do Discurso, falou sobre alguns dispositivos que operavam para atribuir qualidade de verdade a um determinado discurso em diferentes momentos históricos - ou seja, elementos que eram levados em conta quando o objetivo era determinar se algo era verdade ou mentira. Na Idade Média, no âmbito da ciência, um desses elementos era a atribuição a um autor. “Uma proposição era considerada como recebendo de seu autor seu valor científico.” (2012, p. 25-26) Segundo ele, essa função teria continuamente perdido força - pelo menos até os anos 70, em que se localiza a sua fala.

No entanto hoje eu não consigo deixar de lembrar de um momento, em sala de aula, em que a professora explicava como seria a avaliação da disciplina. Precisaríamos desenvolver um texto dentro do período da aula, sem a possibilidade de consultar nenhuma das bibliografias estudadas ou anotações que a elas fizessem referência. Ainda assim, precisaríamos citar com precisão os conteúdos abordados, referenciando-os propriamente, como em um artigo científico. Isso significava, na prática, que precisaríamos não apenas apreender as teorias estudadas, mas também saber de cor os nomes dos autores e de suas obras e a data em que foram publicadas. Seria essa uma preparação para as seleções de mestrado, disse a professora. Então, hoje, para ser considerado apto a ingressar num programa de pós-graduação, para ser considerado apto a produzir conhecimento, não basta dominar uma teoria e ter a habilidade de embasar-se nela para desenvolver um raciocínio: é indispensável saber de cor quem assinou essa teoria. Não é esse um processo de validação dos saberes similar ao que Foucault (2012) identificou como atuante na Idade Média?

Não que o arcaísmo de um dispositivo seja por si só motivo para descartá-lo. Seria possível argumentar que o motivo para que localizemos com tanta especificidade as teorias das quais nos utilizamos para desenvolver nosso pensamento é quem o lê. É para que quem o lê tenha a possibilidade de verificar se o que citamos, citamos fielmente, ou mesmo para que quem o lê possa realizar o interesse de se aprofundar em um conhecimento com o qual entrou em contato através de nossa escrita. E para cumprir esse compromisso de informar o leitor, seria mesmo necessário saber referenciar de cor?¹

¹ No momento da apresentação deste trabalho a comentadora, Daniela Dalbosco Dell’Aglia, fez um apontamento que eu gostaria de compartilhar: mais do que “saber referenciar de cor” autores e autoras - como um dado vazio de significado em que apenas constam nome e data -, é importante conhecer “que marcadores compõem sua produção de escrita”, seu gênero, sexualidade, raça, classe e onde vivem.

Como, então, eu localizo e traço as minhas referências para encaixar a escrita de um TCC nos moldes do rigor acadêmico? O quanto eu preciso regredir na linha de pensamento, na construção desses saberes dos quais me utilizo, para costurar uns nos outros e nos nomes daqueles que os desenvolveram? Também aqueles que já desenvolveram teorias se embasaram nas ideias de outros antes deles. De que ponto, mais básico ou mais complexo, deve partir o raciocínio que quero estabelecer? Como eu faço parecer também inegavelmente legítima a minha escrita? Onde terminam as ideias nas quais me embaso e que reproduzo, e onde iniciam minhas ideias originais? O que será meu, e o que será daqueles que falaram sobre o mesmo tema antes de mim?

A professora Gislei Domingas, que orienta este trabalho, me apontou pistas que possibilitaram construí-lo sob uma outra lógica - não só ativamente nesta função de orientadora, mas já antes em diversas outras atividades que tive a oportunidade de acompanhar. De forma mais concreta, essas pistas culminaram no contato com os conceitos de “ensaio” e “experiência” pela perspectiva do Jorge Larrosa Bondía, professor de teoria e história da educação na Universidade de Barcelona. “O que o ensaio faz é colocar as fronteiras em questão. E as fronteiras, como se sabe, são gigantescos mecanismos de exclusão [...] O ensaio [...] atrapalha [...] os burocratas da compartimentalização universitária” (Larrosa, 2003, p. 106) Os “burocratas da compartimentalização universitária” seriam aqueles guiados por um modo de escrever e ler que atende a um modelo dogmático de produzir o conhecimento acadêmico associado a produtividade e reprodução.

Larrosa (2004) propõe o ensaio, numa reação a esse modelo dogmático, como uma forma de escrita acessível. Para ele, o ensaio é uma escrita viva, que se faz em si mesma, cria a si mesma porque conforme se desenvolve vai criando novos sentidos. Não é uma escrita que dá conta de uma verdade a priori, e sim uma escrita que constrói uma verdade singular, a verdade do ensaísta. Ele se alinha com o entendimento de “verdade” de Foucault, “não entendida como a relação entre um enunciado e a assim chamada realidade, mas como *uma relação entre cada um de nós e sua escrita, seu pensamento e sua vida.*” (p. 42) Assim, cada possível ensaio é único porque diz de uma relação singular.

Encontrei nesse sentido uma brecha para os meus receios: acho que pode até acontecer de a verdade que o ensaísta encontra no ensaiar não ecoar em outro, sem que, no entanto, deixe de ser uma verdade, e sem que deixe de enunciar algo de coletivo que a compõe.

“A verdade do ensaísta não é algo exterior, mas algo que a própria vida faz. Trata-se da verdade da subjetividade, da verdade feita subjetividade – e de uma subjetividade que se faz

verdadeira no ato mesmo de ensaiar-se. O ensaísta sempre escreve e pensa sobre si mesmo e a partir de si mesmo. O valor de sua escrita e de seu pensamento não se apóia em nada exterior, em nenhuma autoridade, em nenhuma convenção. Por isso, *o ensaísta arca com a responsabilidade do que é dito, e é essa responsabilidade que o torna verdadeiro*. O ensaio tem algo da expressão de uma subjetividade, da biografia de uma subjetividade. Mas desde que essa subjetividade expresse um mundo, o seu mundo.” (Larrosa, 2004, p. 37, grifos meus)

A partir desse entendimento, proponho-me a escrever sobre uma verdade que encontro nas transversalidades que consigo acessar, e que isso seja verdade para mim no presente de minha escrita é a minha própria garantia de legitimidade. Talvez não seja verdade para outra pessoa, e talvez venha a deixar de ser verdade para mim, mas no momento presente é a verdade que estou produzindo ao elaborar minha experiência guiada pelo exercício ético com o que experimento.

O ensaio seria então um encontro com uma linguagem singular, uma expressão do que se passa no exercício do pensamento; algo como uma narrativa do pensamento, uma organização do pensamento através da escrita, uma exposição do movimento do pensamento, um desenho do seu ir e vir. Se a ideia é expor o pensamento, então nada mais legítimo do que fazer uma exposição de como ele se construiu, desviando-se do ímpeto de cortar e adaptar o que parece não se encaixar nos estereis moldes acadêmicos.

Não que seja uma prática assim tão fácil ser fiel ao movimento do pensamento na composição de um texto; por mais que em forma de ensaio, esse exercício ainda exige certo nível de adaptação, porque o pensamento não se dá unicamente em linguagem verbal, é bem mais do que tornamos palavras... A escrita é um exercício de elaboração, e nesse sentido podemos aproximar o pensamento dos afetos. O que o Larrosa propõe tem tudo a ver com afetos: ele sugere que o ensaio parta da experiência. Todavia, não entende a experiência como qualquer coisa que acontece ao longo da vida de um sujeito: a experiência diz algo de uma intensidade da relação do sujeito com o que acontece.

“A experiência, a possibilidade de que algo aconteça ou nos toque, requer um gesto de interrupção, um gesto que é quase impossível nos tempos que correm: requer parar para pensar, parar para olhar, parar para escutar, pensar mais devagar, olhar mais devagar, e escutar mais devagar; parar para sentir, sentir mais devagar, demorar-se nos detalhes, suspender a opinião, suspender o juízo, suspender a vontade, suspender o automatismo da ação, cultivar a atenção e a delicadeza, abrir os olhos e os ouvidos, falar sobre o que nos acontece, aprender a lentidão, escutar aos outros, cultivar a arte do encontro, calar muito, ter paciência e dar-se tempo e espaço.” (Larrosa, 2002, p. 24)

Assim, a experiência supõe uma disponibilidade do sujeito, uma abertura, uma vulnerabilidade, uma paciência com um não-saber de imediato. “É incapaz de experiência aquele a quem nada lhe passa, a quem nada lhe acontece, a quem nada lhe sucede, a quem

nada o toca, nada lhe chega, nada o afeta, a quem nada o ameaça, a quem nada ocorre.” (Larrosa, 2002, p. 24-25)

Isso aponta para o caráter de singularidade da própria experiência. Um acontecimento pode ser comum a mais de um sujeito, mas o exercício sensível que é necessário para que se dê uma experiência é único como únicos são os sujeitos, de forma tal que também cada experiência é uma e irrepetível. Portanto, o saber que se produz a partir da experiência, o que Larrosa (2003) chama de “saber da experiência”, difere do conhecimento científico.

“O saber da experiência é um saber que não pode separar-se do indivíduo concreto em quem encarna. Não está, como o conhecimento científico, fora de nós, mas somente tem sentido no modo como configura uma personalidade, um caráter, uma sensibilidade ou, em definitivo, uma forma humana singular de estar no mundo, que é por sua vez uma ética (um modo de conduzir-se) e uma estética (um estilo).” (p. 27)

Perceber essa maneira humana singular de estar no mundo implica num modo de conduzir-me nesta escrita. Assim, constitui o encontro com a possibilidade de produzir, a partir da narrativa de minha formação, um saber da experiência guiado pelo exercício ético e estético como forma de tornar-me Psicóloga.

Então, ao ensaiar, busco me expôr ao próprio ato de pensar e escrever a experiência de meu pensamento, através do reconhecimento da trama de acontecimentos e de saberes que compõem minha posição, minha perspectiva, o lugar singular a partir do qual experiencio o que se passa. Nessa proposta de escrita, enquanto retraço a escolha pelo tema - e nesse retraçar a justifico - estou fazendo uma análise de implicação.² Tendo isso em vista, estou traçando um percurso das posições que ocupo ao pensar, das posições produzidas nas relações que vivo e que estão em embate no movimento do meu pensamento.

O ensaio requer uma honestidade em relação ao que se produz como fato ou verdade, mas não só; o ensaio presume a disposição de não saber a verdade. É neste paradoxo - de escrever algo que não se sabe, e de aprender e apreender esse algo no ato próprio da escrita - que este TCC acontece. Toma o ensaio como método, a fim de expressar um posicionamento ético-político perante a vida, na conexão com a experiência. É um método-ensaio assim como o pensa Larrosa, porque parto da experiência: de formação em Psicologia, de ser mulher e de

² Resgato o conceito de “análise de implicação” dos aprendizados sobre o fazer da Análise Institucional, pela leitura do autor Gregório Barembliitt (2002). A esse respeito ele aponta que, ao reconhecer a impossibilidade da objetividade numa intervenção, qualquer que seja, supõe-se a necessidade de que o analista institucional compreenda suas motivações para o envolvimento com o projeto e a análise das relações institucionais que produzem sua posição no contexto, afim de que componham também os recursos de que dispõe para o seu trabalho.

testemunhar as histórias de outras pessoas; porque me proponho a uma escrita viva, que enquanto revive a experiência que não é presente, presentemente se revisa.

3. REVIRANDO O AZEDO QUE SUBIU À BOCA

A carta de Sidnei fez menção à Lei Maria da Penha e à legislação e justiça brasileiras em geral. O início da produção de um sentido para a minha escrita se deu na identificação desse contexto macropolítico - texto que originalmente compôs minhas primeiras páginas, ainda num outro formato...

Em 2016 completaram-se 10 anos desde a sanção da Lei Maria da Penha, que regulamenta a criação de dispositivos de repressão à violência doméstica e familiar contra a mulher. (Brasil, 2006) Essa legislação veio como resposta a uma denúncia protocolada na Comissão Interamericana de Direitos Humanos por Maria da Penha Maia Fernandes contra o Estado brasileiro, após quinze anos de negligência dos órgãos públicos frente à tentativa de assassinato que sofreu por parte de seu ex marido. A Comissão reconheceu como responsável o Estado brasileiro e recomendou não só o prosseguimento ao julgamento do agressor, mas também “reformas com vistas a eliminar a tolerância estatal e o tratamento discriminatório com respeito à violência doméstica contra mulheres no Brasil.” (Dumaresq, 2016, pg. 1)

Em março de 2015 foi aprovada também a tipificação penal do feminicídio. Assim, foi alterado o Código Penal, de forma que o artigo referente ao crime de homicídio passa a abrigar como qualificador o feminicídio, definido como “contra a mulher por razões da condição de sexo feminino”, enquadrando-o como crime hediondo - impedindo a liberação mediante pagamento de fiança - e prevendo aumento da pena de reclusão. (Brasil, 2015)

Após um ano da sanção dessa lei, o estado apontou dificuldade em avaliar seus efeitos por falta de estatísticas nacionais recentes que possam indicar resultados. No entanto, especialistas concordam ainda ser necessário muito avanço. (Rádio Câmara, 2016) Os dados mais recentes que constam na bibliografia disponível são os do Mapa da Violência (Waiselfisz, 2015) e correspondem a 2013, ano em que aproximadamente 13 mulheres foram mortas por dia no Brasil, sendo que destes assassinatos 7 foram cometidos por familiares ou parceiros. Além disso, os dados demonstram um atravessamento do marcador de raça na violência: enquanto o número de mortes das mulheres brancas tende a cair, os das mulheres negras tende a aumentar, e em 2013 foram assassinadas proporcionalmente 66,7% mais

negras do que brancas. Há também um recorte geracional, com uma prevalência de vítimas jovens, entre 18 e 30 anos de idade. O Mapa da violência ainda aponta dados relacionados aos homicídios de mulheres que apontam para sua caracterização como resultado da violência doméstica: “A agressão perpetrada no domicílio da vítima tem maior incidência entre as mulheres do que entre os homens [...] é cometida, preferencialmente, por pessoas conhecidas da vítima; a contra os homens, por pessoas desconhecidas.” (p. 74) Dessa forma, é possível identificar que grande parte dessas mortes não se tratam simplesmente de homicídios, e sim de feminicídios.³

Esse conjunto de dados mostra como é *banal* a morte de uma mulher pelas mãos de um homem - de um homem que sabe quem ela é e tira a sua vida precisamente por isso. Apesar desse contexto gritante, a repercussão da chacina feminicida cometida por Sidnei a colocou no campo do bizarro. Talvez o fato de Isamara Filier ser branca e de classe média colabore para esse destaque. O volume de notícias, a velocidade com que eram publicadas e a busca por explicações na carta e na fala de especialistas sugeria que esse acontecimento teria algo de incompreensível.

Uns e outros especialistas foram convocados a se manifestar a respeito. Muitas suposições foram feitas acerca do homem: louco, doente, paranóico. Muitas suposições foram feitas acerca da mulher: mentirosa, manipuladora, aproveitadora. “Algo ela fez pra provocar isso”. [...] Dentre muitas manifestações de consternação, havia “diagnósticos” de doença mental, desvios de personalidade, acusações de crueldade, que foram dirigidos tanto a Sidnei quanto a suas vítimas, especialmente à ex esposa. Se, por um lado, algumas pessoas julgaram inadmissíveis os assassinatos, fruto da loucura, da doença e da crueldade, outras (às vezes as mesmas) disseram que a mulher foi a culpada por trazer à tona essa insanidade no homem - exatamente como disse Sidnei. ⁴

Contudo, o fato de a carta e o ato terem ecoado como razoáveis e compreensíveis para alguns sujeitos aproxima a nossa sociedade dessa barbárie. Encontrei um eco para essa inquietação numa entrevista da filósofa Márcia Tiburi à BBC Brasil para comentar o caso, em que ela falou sobre uma participação social no acontecimento:

³ Gostaria de novamente compartilhar um apontamento feito pela comentadora, Daniela Dalbosco Dell’Aglia, na apresentação deste trabalho. Infelizmente, estas estatísticas sobre a violência contra mulheres levam em consideração as mortes apenas de mulheres cisgêneras, perpetuando a marginalização das mulheres trans e travestis. No entanto, sabe-se que os assassinatos das mulheres trans e travestis têm também motivações relacionadas ao gênero e são resultados de crimes de ódio. (“Crueldade...”, 2017)

⁴ Trechos resgatados do “Prólogo” deste trabalho.

“O caráter brusco desse discurso, que tem autorização para dizer tudo isso sem preocupação, isso é o que o torna mais chocante. Mas se você for ler discursos mais rebuscados na mídia tradicional, na Bíblia, nos textos clássicos da História, você encontra o mesmo tipo de conteúdo, a mesma estrutura simbólica de ódio às mulheres. [...] O importante aqui é que do ponto de vista sociológico, filosófico, a gente não vive sozinho, a gente tem influência do meio em que vivemos. *Eu diria que esse cidadão seria, no nível do senso comum, apenas um pobre coitado que realiza algo que é da ordem do desejo coletivo. É um desejo forjado por uma estrutura social machista e que nesse momento perde seu freio.* [...] Mas ele não inventou essa matança sozinho. Ele pode ter maquinado essa chacina sozinho, mas não inventou esse assassinato das mulheres sozinho. Ele pode ter atirado sozinho, mas o que ele fez é simbolicamente muito mais grave. Podemos analisar esse lugar do encontro entre a atitude particular e um contexto percebendo a semelhança entre o discurso que ele profere e o discurso que a gente vê no senso comum. Esse indivíduo pensa a partir do senso comum [...] e nós vivemos em um mundo machista, misógino. Ele, em que pese sua culpa, é mais um cidadão que foi destruído pelo machismo. *Não é mais vítima do que as vítimas que ele causou, mas ele é também vítima de um sistema dos quais todos nós somos vítimas. A gente não deve colocar a culpa no indivíduo, a culpa é de um sistema de um imaginário de ódio às mulheres que deixa os indivíduos descompensados.*” (BBC Brasil, 2017, grifos meus)

Tiburi aponta para uma possível compreensão desse fato - a carta de Sidnei e o conjunto de assassinatos por ele cometidos -, partindo de sua contextualização como efeito de uma “estrutura social” e, portanto, não individual nem atípico, mas reprodução extrema de machismo e misoginia já inscritos em nossa realidade. No ritmo da experiência que se atualiza neste ensaio, meu pensamento experimenta uma condensação de discursos relacionados a papéis de gênero - aquilo que se supõe e espera de quem reconhecemos como homens, e aquilo que se supõe e espera de quem reconhecemos como mulheres -, discursos esses que circulam e produzem acontecimentos constantemente.

Identifico, então, uma perspectiva na produção de uma leitura para o ato e a carta de Sidnei: a posição que ocupo na trama de saberes que acionam meu pensamento me permite olhar para o acontecimento como algo pelo qual somos convocados, em alguma medida, como responsáveis; não pelo ato em si, mas por esse modo de produzir as relações, uma produção coletiva e histórica.

A carta de Sidnei foi divulgada indiscriminadamente e muitas ideias foram construídas sobre ele e sobre a ex esposa a partir desse texto, quando muito mais do que dizer algo sobre a intimidade desses sujeitos ela diz algo sobre nossa sociedade. É a partir da noção de “discurso” de Foucault (2012) que faço essa afirmação. Para ele, devemos parar de buscar significantes escondidos nos símbolos e tomar os enunciados como efeitos históricos, que reproduzem e produzem discursos compartilhados.

No encadeamento com essa forma de conceber o discurso, parte também uma forma de entender a autoria: “O autor, não entendido, é claro, como o indivíduo falante que

pronunciou ou escreveu um texto, mas o autor como princípio de agrupamento do discurso, como unidade e origem de suas significações, como foco de sua coerência”. (Foucault, 2012, pg. 25) Qual seria, então, a autoria da carta de Sidnei? Seu texto traz enunciados de um certo entendimento dos papéis de gênero e de uma expectativa sobre as mulheres que vem ainda da “sociedade patriarcal”, como primeiro caracterizada pelo feminismo. Talvez pela coexistência de discursos feministas com esses patriarcais é que seja possível, em algumas leituras, perceber a carta como absurda ou bizarra, ao passo em que em outras se encontra justamente coerência, e uma consistência interna. Isso não significa negar que a carta foi escrita por Sidnei:

“Seria absurdo negar, é claro, a existência do indivíduo que escreve e inventa. Mas penso que - ao menos desde certa época - o indivíduo que se põe a escrever um texto no horizonte do qual paira uma obra possível retoma por sua conta a função do autor: aquilo que ele escreve e o que não escreve, aquilo que desenha, mesmo a título de rascunho provisório, como esboço da obra, e o que deixa, vai cair como conversas cotidianas. Todo esse jogo de diferenças é prescrito pela função do autor, tal como a recebe de sua época ou tal como ele, por sua vez, a modifica.” (Foucault, 2012, pg. 27)

Nesse sentido, também a autoria deste trabalho, um eu enquanto autora, fica em questão. O ato e a carta de Sidnei serviram como um disparador para este TCC porque catalizaram uma insatisfação com os papéis que historicamente foram produzidos como legítimos para as mulheres (aliás, não só para as mulheres: a própria produção da mulher). Portanto, muitas vezes perpassam o que escrevo e minha autoria. Essa insatisfação existe num contexto de instabilidade política, em que uma onda de conservadorismo assustadora vem correndo atrás de muitos avanços no reconhecimento de direitos humanos e de políticas de garantia desses direitos e de empoderamento das minorias políticas. Há o medo de um futuro incerto, e a sensação de que o que fazemos no presente não nos encaminha para uma sociedade mais igualitária. Os discursos dos quais Sidnei se utiliza em sua carta - aquela cujos trechos reproduzi nas primeiras páginas deste TCC - parecem mostrar que os nossos próprios discursos têm provocado antagonismos mais do que educação para a diferença... “[...] *não sou machista e não tenho raiva das mulheres (essas de boa índole, eu amo de coração, tanto é que me apaixonei por uma mulher maravilhosa...)* tenho raiva das vadias que se proliferam e muito a cada dia se beneficiando da lei [...]” (‘Atirador...’, 2017)

O que torna possível olhar para esse acontecimento de uma forma diversa da que encontrei nas representações da mídia e nas opiniões publicadas pelos leitores? O que faz com

que eu me posicione tão distante daquelas expressões? Como se constrói essa outra perspectiva?

4. CENAS DE FORMAÇÃO... OU NÃO: EXPERIÊNCIA QUE COMPÕE OS PENSAMENTOS

Até o encontro com a possibilidade do ensaio a partir da experiência, escrever este TCC vinha sendo uma tarefa bastante morosa. Ou, ainda, não-escrever este TCC vinha sendo moroso; passaram-se já alguns semestres em que eu poderia ter sido graduada Psicóloga, mas a não-escrita me separava desse acontecimento. Essa relação, sozinha, me fez ocorrer recorrentemente o pensamento de que o objetivo de realizar o TCC é ser considerada apta a obter o grau. (E o objetivo de obter o grau, qual é?)

Há algo mais, no entanto. É necessário que haja, porque a mera exigência instituída não é combustível suficiente para uma escrita a partir da experiência. Para quê, além de obter o grau, escreve-se um TCC? Fui buscar um gatilho para a produção desse sentido na burocracia, essa que é a materialização do instituído (Baremlitt, 2002). A Comissão de Graduação do Curso de Psicologia (COMGRAD-PSI) desta universidade define o Trabalho de Conclusão de Curso como “produção acadêmica escrita relacionada a uma temática do âmbito da Psicologia e vinculada aos *interesses* do aluno *despertados a partir de suas experiências* no curso, nas ênfases, na pesquisa ou na extensão. [...] revisão, aprofundamento, sistematização e integração de conhecimentos [...] [no formato de] *um relato de experiência*, um estudo teórico ou uma pesquisa de campo.” (grifos meus) Quais interesses as minhas experiências no curso de Psicologia despertaram? Essa questão me moveu a vasculhar memórias.

Primeiro, veio a lembrança de uma sensação muito definidora que me acometia semanalmente no início da faculdade. Não foi nas ênfases, nem na pesquisa, nem na extensão que ela nasceu, mas no primeiro semestre, nas aulas de Psicologia Social I; a sensação de que a minha cabeça estava explodindo - por cabeça, leia-se “todas as minhas concepções sobre o mundo” ou “todas as verdades que eu aprendi sobre o mundo”. (Mais tarde eu descobri que não eram “todas”, nem sequer “a maioria”, e que há sempre em potencial uma nova

descoberta de uma velha estrutura para explodir). Como é que estudar Psicologia Social faz explodir uma cabeça?

Voltei à burocracia - ela cria muitos sentidos. Em 2003 o Conselho Federal de Psicologia (CFP) reconheceu a Psicologia Social como especialidade, e segundo a resolução publicada ela se fundamenta “na compreensão da dimensão subjetiva dos fenômenos sociais e coletivos, sob diferentes enfoques teóricos e metodológicos, com o objetivo de problematizar e propor ações no âmbito social.” (Resolução nº 10/2010) Não acho que eu tenha entrado em contato com essa definição logo de início, no entanto. E, de verdade, ela é bastante controversa e gerou diversas críticas, inclusive de presidências da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO). Isso mostra como os entendimentos sobre o que é a Psicologia Social são variados; abordá-los em sua totalidade talvez não importe para a minha intenção de retrazar as linhas que atravessaram a minha formação e que eu vou usar para tecer este TCC, então eu vou seguir pelo caminho que se produziu com mais força na minha formação.

Uma das críticas feitas ao reconhecimento da Psicologia Social como especialidade ficou registrada numa carta endereçada ao CFP escrita pela Neuza Guareschi, presidente da ABRAPSO à época. Com esse documento eu entrei em contato apenas recentemente, mas ele me possibilitou resgatar um sentido que foi sendo construído ao longo da faculdade de Psicologia. Nele, Guareschi argumenta que a Psicologia Social não se trata de um campo da Psicologia, e sim de algo que compete a todos os fazeres *psi*. Esse algo seria a compreensão da “natureza histórico-social do ser humano”. A partir disso, ela se posicionou contrariamente ao reconhecimento da Psicologia Social como especialidade, porque, em suas próprias palavras, assim se estaria “correndo o risco de delimitar o compromisso ético-sócio-político que se quer para a prática de qualquer profissional em Psicologia como um fazer técnico somente dos profissionais especialistas nesta área.” (Guareschi, 2002, p. 1) Esse entendimento implica dizer que o trabalho da Psicologia Social vai na direção de construir esse “compromisso ético-sócio-político” em todo o fazer *psi*. Então, a noção de Psicologia Social compete a todos os psicólogos, no sentido em que propõe um olhar crítico e ético sobre os fazeres do humano para o humano. A carta ainda segue esclarecendo que isso não quer dizer que as demais áreas da Psicologia estejam limitadas à Psicologia Social, e sim que cada uma pode expandir-se para abraçá-la em seu propósito político.

É possível ir mais longe: essa preocupação com a dimensão histórico-social do ser humano e com o compromisso ético-político não compete somente aos diversos campos da Psicologia, e sim ao humano em si. Acho que isso estabelece o tom da minha escrita: eu escrevo *a partir* da Psicologia, não *para* a Psicologia.

4.1 Produção de subjetividade: borrando as fronteiras do ser

Parto, então, dessa concepção do humano imerso na trama da sociedade e da história, da pessoa como um sujeito que foi produzido nessa trama e que também a produz. Esse processo foi uma noção trabalhada, resgatada e reforçada ao longo de várias das disciplinas da graduação, em geral sob a denominação de “produção de subjetividade”. De início, por concorrer com um senso comum mais essencialista que regia a lógica dos meus pensamentos, foi difícil compreender o que diabos a “produção de subjetividade” significava.

O conceito de “subjetividade”, no início da formação, se colocou para desnaturalizar o de “individualidade”. A ideia de que a sociedade é formada por indivíduos, cada qual com sua identidade fixa, uma essência, é historicamente localizada por Figueiredo e Santi (2002) na passagem do Renascimento para a Idade Moderna. Os autores explicam que “a experiência da subjetividade privatizada” - essa necessidade de individualizar-se - tem lugar em crises sociais, pois “a perda de referências coletivas, como a religião, a ‘raça’, o ‘povo’, a família ou uma lei confiável obriga o homem a construir referências internas.” (p.20) Essa individuação, inclusive, foi a gênese da Psicologia como campo científico, já que antes de as pessoas começarem a pensar sobre si mesmas essa ciência não tinha uma razão de ser.

O processo de individuação constitui uma dicotomia: para ser um dentre muitos, é preciso demarcar diferenças; por exemplo, para eu me considerar uma boa pessoa, hei de me pôr em contraste com alguém que eu julgue mau. Até hoje me marca algo que disse a professora Ines Hennigen, que ministrava a disciplina de Psicologia Social quando eu a cursei: “tu és o que tu não és, e aqueles que são diferentes de ti ajudam a te *produzir*”.

Então, a individualidade é *produzida* no coletivo, é um dos modos de produção de subjetividade. Esse sentido começou a deslocar a ideia de uma essência individual, a borrar as fronteiras entre o “eu” e o “não-eu”, a multiplicar as possibilidades de ser e estar no mundo, a fazer ver como mais possíveis as transformações.

Uma personagem que vi povoando quase todas as bibliografias das disciplinas relacionadas à Psicologia Social foi o Michel Foucault. Eu até já fiz referência a ele no TCC antes, de uma forma que faz quase parecer óbvio quem ele é, uma presença tão comum que não necessita de apresentação. É que esse olhar de desconstrução sobre o mundo, esse explodir das estruturas, o pós-estruturalismo, é algo que se apóia muito nos trabalhos dele.

“A compreensão do sujeito a partir da produção de subjetividade está ancorada nas proposições de Michel Foucault sobre as relações de saber-poder que atravessam as relações sociais. O sujeito não é visto como uma unidade psicológica “autônoma”, mas como um ser inscrito numa trama histórica que lhe oferece as condições para a construção de si no registro do social. Para Michel Foucault (1995, p. 235), a palavra sujeito carrega dois significados: “sujeito a alguém pelo controle e dependência, e preso à sua própria identidade por uma consciência ou autoconhecimento. Ambos sugerem uma forma de poder que subjuga e torna sujeito a”. Assim, a subjetividade é tomada como uma produção histórica, localizada no tempo e no espaço, a partir de complexas relações sobre os saberes disponíveis para compreensão do sujeito e suas imbricações com as práticas de dominação.” (Silveira, 2013, p. 19)

Neste sentido, a compreensão das relações de poder possibilita nos situarmos nessa trama histórica no próprio exercício de afetar e ser afetado, constituir-se no mundo e constituir o mundo. Foucault (1979) diz que o poder “designa relações entre ‘parceiros’ (entendendo-se por isso [...] um conjunto de ações que se induzem e se respondem umas às outras).” (p. 240). Esse entendimento implica que o poder não é algo que um indivíduo ou um grupo detém e aplica sobre os outros, o poder se dá na relação, no “entre”; não é uma ação de uns sobre outros, mas uma ação que regula as ações alheias, um “conduzir condutas”. Foucault supõe, então, a liberdade como pré-condição para a relação de poder, já que só há propósito em conduzir um sujeito a uma conduta se ele tem no horizonte de possibilidades outras condutas a tomar.⁵

Ao retomar a ideia de que essa escrita se faz como um ensaio, e de que o ensaio é uma escrita da subjetividade, portanto singular, compreendo que essa singularidade não diz respeito a um *eu* que escreve; ela diz respeito a um nó de forças que é único em sua composição - um nó em cuja posição nessa trama, por acaso, eu me encontro. Contudo, poderia se encontrar aqui qualquer outro sujeito; ou, pelo menos, qualquer outro sujeito aos mesmos atravessamentos de forças. Talvez convenha, então, dizer algo sobre mim: mulher, branca, cisgênera, de classe média... Há uma diversidade de marcadores sociais que caberiam aqui, também eles resultados de forças que produzem subjetividade. Um desses atravessamentos de forças, que produz o ser mulher cisgênera (assim como muitos outros), é o gênero.

⁵ Excetuam-se disso, portanto, as situações de subjugação através da violência, como a escravização.

4.2 Relações de gênero: como eu me percebi feminista

Estamos sujeitos ao gênero até mesmo antes de nascer, quando alguém espera ser informado sobre qual seria nosso sexo, para então embasar nessa informação a escolha do nosso nome, da cor do nosso quarto, da temática dos nossos brinquedos. Ao longo da vida, esses atravessamentos generificados se multiplicam e se complexificam, de forma tal que acabam por passar despercebidos. Vemos com naturalidade, por exemplo, que depois de um almoço de família os homens permaneçam sentados, conversando, talvez bebendo uma cerveja, enquanto as mulheres lavam a louça e limpam a mesa. Parece que as tarefas domésticas são atividades femininas, e talvez alguém possa argumentar que isso acontece porque as mulheres têm mais aptidão para isso do que os homens. E talvez várias de nós tenham, mesmo; talvez tenhamos mesmo mais aptidão para as tarefas domésticas porque enquanto os meninos brincavam de super-herói, nós brincávamos de casinha... Porque quando alguém disse que nasceríamos uma menina, nossos brinquedos foram bonecas e panelinhas, e isso nos fez desenvolver uma aptidão em detrimento de outras possíveis. Ou seja, uma categorização de sexo vem com expectativas relacionadas a quem será o sujeito: é um atravessamento que produz subjetividade.

Talvez (e felizmente) algumas gerações que vieram depois da minha não vejam a cena que narrei com tanta naturalidade, mas eu cresci vivendo ela numa frequência dominical, em que a diferença entre os papéis dos homens e das mulheres não era uma questão, não se pensava a esse respeito. Cresci também brincando com carrinhos além de bonecas, e nesse e em outros sentidos minha geração também já viveu algo diferente do que viveram as anteriores. Minha mãe e até minhas avós antes de mim já podiam votar, se divorciar, estudar, trabalhar e ter propriedades em seu nome, mas nem sempre foi assim (e a autorização do estado por si só também não foi um catalisador dessas mudanças). Enfim, eu cheguei à faculdade de Psicologia muito tendo pensado sobre o que significa ser mulher, mas pouco tendo questionado os significados que eu encontrava.

Foi no curso de Psicologia que descobri o feminismo, e durante ele que me percebi feminista. Apesar de esse processo ter se dado a partir da academia, ele extrapolou esse espaço; não se deu de uma forma puramente teórica, como um saber adquirido através do ensino superior, mas sim num sentir as experiências pessoais e os testemunhos das experiências de outras pessoas. O que o ambiente acadêmico fez foi estimular em mim o

questionamento sobre o atravessamento do gênero em nossas vidas, criar as condições de possibilidade para que eu me fizesse sensível a essas experiências e disposta a criar novos significados para elas.

Meu primeiro contato claramente especificado com questões de gênero foi na própria aula de Psicologia Social sobre a qual eu falava no início deste capítulo. Um mestrando, Lucas Goulart, estava realizando naquela disciplina o seu estágio docência. Ele projetou na tela fotografias de um homem chamado Buck Angel; cabeça raspada, barba grossa, maxilar bem demarcado, ombros largos, torso musculoso. Antes de mostrar a foto seguinte, fez alguma cerimônia, uma brincadeira sobre a imagem ser adequada ou não para a faixa etária da turma. A foto seguinte era de Buck Angel nu, com as pernas abertas e sua vulva à mostra. *Um homem e sua vulva.*

Seis anos depois digo isso com naturalidade: Buck Angel é um homem que tem uma vagina. No entanto, ver aquela foto pela primeira vez foi muito desconcertante. Foi desconcertante porque eu não sabia, até então, que existem homens com vagina, assim como eu não sabia que existem mulheres com pênis. O que eu sabia na época, o que era verdade pra mim até então, era muito limitado: é que existiam - e aqui peço licença para usar uma expressão que eu hoje jamais utilizaria para de fato me referir a uma pessoa - eram "travecos", que seriam, naquele imaginário, homens que usavam roupas de mulher e se prostituíam.

Então, naquela aula, foi possível um entendimento - e de novo peço licença para me expressar de uma forma que hoje reconheço como errônea - de que algumas mulheres "viravam" homens, homens transexuais, e alguns homens "viraram" mulheres, mulheres transexuais. Essa "virada", uma transição, envolvia uma série de procedimentos, dentre hormonização e cirurgias plásticas, como as de redesignação sexual - as que transformam um pênis em uma vagina, ou uma vagina em um pênis. E em sendo isso possível, me intrigava pensar que Buck Angel não tivesse se operado para ter um pênis. Como se ele "querer ser um homem" necessariamente significasse que ele deveria querer ter um pênis. Também essa ideia foi possível desconstruir um pouco mais à frente no tempo.

Participei de um grupo de estudos sobre intersexualidade, coordenado pela professora Paula Sandrine Machado no Núcleo de Pesquisa em Sexualidade e Relações de Gênero (NUPSEX), um desdobramento de sua pesquisa de doutorado (Machado, 2008). E então, aprendi que existem pessoas que nascem com uma genitália classificada pelo saber biomédico como "genitália ambígua", uma genitália que não se encaixa nem na definição de pênis, nem

na definição de vagina; essas pessoas são chamadas de intersex.⁶ Às vezes muito cedo em suas infâncias, elas passam por cirurgias plásticas bastante invasivas que têm como finalidade construir uma vagina ou um pênis, para que então essas pessoas possam ser designadas respectivamente como mulheres ou como homens. Algumas dessas pessoas, ao crescerem, de fato se identificam com o sexo que foi escolhido para elas; outras não. Significaria isso que foi escolhido o sexo errado? Há um sexo certo e um sexo errado? Há uma forma certa de identificar-se com um sexo?

Participar desse grupo de estudos me permitiu compreender o que antes parecia uma discussão distante de mim, a do essencialismo biológico: não somos essencialmente homens e mulheres. Não somente os papéis de gênero são socialmente construídos: a própria ideia de que existem dois sexos é uma construção.

É engraçado como se diz que o sexo é algo biológico, e se lê a biologia como uma ciência neutra, uma leitura da natureza, uma leitura de um algo dado, um essencial que já está aí e que apenas nomeamos e estudamos, mas que no momento em que a própria “natureza” nos apresenta algo que escapa aos nomes que inventamos, decidimos que então não estamos mais lendo a natureza e produzindo conhecimento a partir dela. Agora, que nos deparamos com um fenômeno que não conseguimos encaixar perfeitamente em nenhuma das duas caixinhas que temos - no caso da intersexualidade, nem na de macho, nem na de fêmea -, ao invés de criarmos mais uma caixinha, ou mais muitas caixinhas, ou ao invés de quebrarmos todas as caixas, ao invés, enfim, de aceitarmos que a leitura que fizemos da “natureza” é parcial e limitada, ao invés de rearranjar a lista de nomes que temos para as coisas, a fim de adequar a leitura ao fenômeno que se apresenta a nós... Vamos rearranjar o fenômeno, vamos alterá-lo para que se encaixe numa das nossas duas caixinhas, vamos transformar essa “genitália ambígua” numa genitália que possa ser nomeada por um dos nomes que já temos, pênis ou vagina.

Talvez alguém possa perguntar “ah, mas então a medicina não pode mais interferir nos corpos doentes, não pode mais curar as pessoas?” Pode; até deve. Todavia, a intersexualidade não é uma doença. Dentre as muitas condições que levam ao diagnóstico de intersexualidade,

⁶ Nem todas as pessoas intersex nasceram com genitália considerada ambígua. Existem outras características que o saber biomédico usa como indicativas de sexo, como os cromossomos e os caracteres sexuais secundários, que ao serem reconhecidas como “ambíguas” também levam a um diagnóstico de intersexualidade. (Machado, 2008) Apesar disso, mantive na narrativa sobre meu contato com a temática essa simplificação como uma forma de ser fiel à memória de um momento em que ela era ainda muito difícil de compreender.

apenas uma delas realmente representa risco de saúde para o bebê e necessita de fato de uma intervenção médica. As cirurgias que são feitas nesses bebês são puramente estéticas e servem para adequar suas genitálias a um padrão limitado, que insiste em dividir o ser humano em dois sexos “biológicos” mesmo existindo manifestações “bio”, da vida, que não se encaixam em nenhum dos dois e portanto indicam que nossas possibilidades de classificação são parciais, denunciando a insuficiência do saber que insistimos sobre nossos corpos...

Ainda que já tivesse entrado em contato com tantas problematizações acerca dos saberes produzidos sobre nossos corpos, e acerca de como eles produzem subjetividade, e com novas possibilidades de nomeá-los... De início eu precisava me esforçar para que as minhas práticas refletissem esse entendimento, um cuidado pra não cair no vocabulário viciado, tanto no pensamento quanto na comunicação. Havia uma verdade anterior, algo que havia totalizado meu entendimento, um modo de pensar que somente reproduz categorias e constituía minhas relações, que eu reproduzia mesmo após os novos aprendizados. É como quando estamos aprendendo uma nova língua: primeiro pensamos na nossa língua nativa e fazemos um esforço para traduzir a frase para a nova língua. É somente com muito uso - e na *experiência do sentido* que vivemos com seu uso - que passamos a pensar com essa nova língua, operar no fluxo que atualiza os tipos de registro. Então, quando eu via uma travesti, eu pensava estar vendo um “traveco”; hoje, já não mais. Hoje recorro diretamente à imagem da travesti, e frequentemente muito mais do que da própria travesti, simplesmente da mulher. Foi como se aos poucos eu fosse me autorizando a contaminar as lógicas segundo as quais operava o meu pensamento, até que enfim eu pudesse pensar a partir daquele novo saber sobre nossos corpos; e, ao atualizar aquelas lógicas, inventar com o mundo que experimento, não restrita a um pensar-reproduzir...

Não foi apenas a passagem do tempo que permitiu essa atualização das lógicas pelas quais operava meu pensamento. A inserção no NUPSEX me pôs em contato com a possibilidade de um campo para o meu primeiro estágio, o Centro de Referência em Direitos Humanos, Relações de Gênero e Sexualidade (CRDH)⁷, um projeto de extensão do núcleo de pesquisa. As atividades que eu desenvolvia eram variadas, mas em sua maioria relacionadas à população *trans* - pessoas, como o Buck Angel e as travestis, cujas existências desafiam a expectativa socialmente construída de uma correspondência entre um suposto sexo biológico e uma identidade de gênero. Essa expectativa se coloca como uma norma social, o que se

⁷ Hoje Centro de Referência em Direitos Humanos, Relações de Gênero, Diversidade Sexual e Raça.

reconhece nas diversas narrativas de pessoas *trans* sobre as violências, simbólicas e físicas, a que são submetidas. A isso se deu o nome de cisnormatividade.

"Utiliza-se o termo "cis" para designar as pessoas que mantêm um alinhamento entre o sexo designado no nascimento e o gênero a ele referenciado. Tal alinhamento garante determinados privilégios das pessoas cis em relação às pessoas trans, já que estas últimas, ao não manterem o alinhamento corpo-gênero, ocupam lugares de menor valor na esfera social. E aí está justamente um dos objetivos de utilizar a marcação cis X trans: evidenciar as desigualdades a que estão submetidas as pessoas trans no mundo cisnormativo em que vivemos. [...] a divisão cis X trans não deve ser entendida como mais um binarismo presente no campo do gênero e da sexualidade – embora possa, em alguns momentos, operar dessa forma. O uso da categoria cis permite marcar os corpos e os sujeitos que não são trans, desnaturalizando a suposta posição de "normalidade" atribuída às pessoas cis. Assim, todos os sujeitos passam a ser marcados, invertendo-se os termos de quem pode marcar quem." (GUARANHA, 2014, p. 38)

Algo que muito me incomoda é me perceber pensando sobre se uma pessoa qualquer é cis ou trans. Isso não deveria ser uma questão - assim como não saio mundo afora intrigada sobre se as pessoas que vejo são nascidas na cidade em que estou, se comeram frutas no desjejum, se sabem falar mandarim, ou se calçam 39. Cada vez menos isso me surge como questão quando conheço alguém, e nisso percebo aquela atualização das lógicas que regem o pensamento. Acredito que uma das grandes diferenças foi de fato conhecer pessoas trans, especialmente através do CRDH, tanto como colegas quanto como usuários do serviço.

Então, nesses seis anos, não foi apenas uma questão de abandonar a expressão "traveco", por ser "politicamente incorreta". Foi de entender, de fato, que "traveco" é uma representação de algo que povoa o imaginário das pessoas que estão distantes das travestis; de entender que é uma expressão que dificilmente corresponde à forma como as próprias travestis se percebem, e que "travesti" não é a única identidade de pessoas que desafiam as normas de gênero. "Traveco" é uma expressão que, em seu uso, movimenta as relações de poder que reproduzem e reforçam uma representação simbolicamente violenta - sem considerar como elas se produziram e para quê.

É a partir de problematizações a respeito dos nossos saberes sobre os corpos que Judith Butler (2010) pensa o gênero, levando em conta essas contradições. Sugere que o gênero seja pensado em ato: só existe enquanto performatividade. Ele se afirma através da repetição de uma série de signos - como roupas e acessórios -, gestos e atos que são culturalmente associados ao masculino ou ao feminino. Assim, o gênero não é parte do sujeito, ele *está* - e pode estar continuamente, como estamos habituados pela norma social, ou intermitentemente, como, no exemplo mais contundente, quando performado pelas *drag*

queens. Isso não significa dizer que somente as drag queens performam o gênero, significa justamente que todos performamos.

Como isso tudo se relaciona com a carta do Sidnei? A forma como ele se refere a homens e a mulheres reproduz uma concepção tão reducionista que, de início, quando passei a narrar essas cenas tive a impressão de estar tangenciando o tema a que me propus. Esse reducionismo diz de uma visão conservadora e essencialista sobre o humano. Assim, se nos ativermos às lógicas reproduzidas na carta, a discussão se limita a “violência contra a mulher”; todavia, acredito que a discussão precisa avançar... Não se trata apenas de fazer cessar a violência contra a mulher, e de garantir a igualdade de oportunidades entre os homens e as mulheres: precisamos explodir a ideia de que existe um jeito certo de ser mulher e um jeito certo de ser homem - e que esses são os únicos dois jeitos de ser - e a via para fazer isso é transcender o essencialismo pelo qual concebemos os papéis de gênero. Transcender a concepção de uma diferença essencial entre homens e mulheres para transcender a desigualdade.

As vidas das pessoas trans, ao desafiar essas normas dos papéis de gênero, e as vidas das pessoas intersex, ao desafiar o que acreditávamos ser mais essencial, o macho e a fêmea, denunciam como as nossas concepções são frágeis, e, por isso, como as normas que se embasam nelas são frágeis. Ainda, é possível pensar que não só mulheres cisgêneras, pessoas trans e intersex estão sujeitas à opressão que opera pelas relações de gênero: também os homens cisgêneros estão sujeitos à condução de condutas; sua liberdade é cerceada em nome de uma masculinidade que deve ser preservada (a fim de preservar uma suposta supra-estrutura, talvez?). Enfim, a opressão não opera dos homens sobre as mulheres, ela sujeita a todos - de formas selecionadas conforme a categorização de um suposto sexo. Sem esquecer, ainda, de diversos outros marcadores sociais que se atravessam nos processos de opressão, como raça e classe social.

4.3 Feminismo no plural, para sujeitos plurais

Ao dizer que me percebi feminista a partir da Psicologia, é a partir desses saberes que aparecem na narrativa das cenas de formação que venho fazendo; eles colocaram em evidência não só que há uma desigualdade que se sustenta pelo gênero, mas também que essa desigualdade não é natural nem essencial e é passível de problematizações. Contudo, apesar

de aqueles saberes criarem um sentido para o feminismo, havia outros atravessamentos nesse reconhecer-se feminista.

Quando comecei a entender de que se tratava o feminismo, ele parecia vir circundado de algumas regras implícitas... As mais fáceis de apreender eram aquelas relacionadas à estética: feminista não usava maquiagem, não se depilava, não usava salto alto, não usava sutiã; não se submetia a esses que são símbolos da objetificação feminina, numa cultura em que o papel da mulher é agradar os homens - dentre outras coisas, encaixando-se num padrão de beleza.

Eu lembro especificamente de tomar cuidado para não quebrar essas regras quando fui para uma das edições do Encontro Nacional da Diversidade Sexual (ENUDES). Fomos num grupo de estudantes da UFRGS, com um ônibus da universidade. Um ônibus cheio de mentes dedicadas a pensar as relações de gênero e sexualidade e a subverter as normas sociais. Ainda no trajeto de ida, em algum momento alguém encontrou um sutiã perdido entre as bagagens de mão. A pessoa, uma mulher, estendeu a peça, pendurada pela alça em seu dedo, e disse “*eca*, de quem é esse sutiã?” Teve início uma chacoalhação do sutiã para um lado e para o outro, a peça sendo jogada das mãos de uma pessoa para as mãos de outra, sempre em movimentos rápidos como se houvesse algum risco de contaminação em segurá-la por muito tempo, causando muitas risadas. Emudeci. Tudo o que eu pensava era “ainda bem que eu não trouxe nenhum sutiã, ainda bem que esse sutiã não é meu”. Ainda assim, eu me senti constrangida, porque ele poderia ter sido; eu usava sutiã de vez em quando, talvez ainda mais frequentemente optava por usar do que por não usar. Reparei que a menina que estava no banco ao meu lado também parecia apreensiva, sentada como se quisesse se afundar, entrar no estofamento do banco e desaparecer ali dentro. Não sei se de fato era pela cena em curso, mas fiquei me perguntando se era dela o sutiã, ou se talvez, como eu, ela só estivesse imaginando “e se fosse”. Se fosse meu, estaria perdido para sempre, porque eu estava constrangida demais para reclamá-lo.

No decorrer do evento, uma das pessoas que inicialmente foi reconhecida como um homem gay apresentou-se como uma mulher trans. Mais tarde, isso resgatou da memória de algumas pessoas o episódio do sutiã; para as mulheres trans os símbolos de feminilidade - como o sutiã - podem ser muito importantes, já que elas enfrentam uma cobrança social ainda mais rígida de submeterem-se a um padrão estético para serem reconhecidas como mulheres, e esses símbolos reafirmam sua identidade de gênero. Assim, dar-se conta de que aquele sutiã

poderia pertencer a uma mulher trans promoveu um momento de autocrítica; houve uma conversa em que se reconheceu o fato de que a atitude de ridicularizar o sutiã foi potencialmente opressora... Para mulheres trans, somente.

Não nos ocorreu que qualquer mulher, independentemente de ser cis ou trans, tem o direito de usar sutiã sem ser ridicularizada por isso. Mesmo tendo sentido o constrangimento em ser uma mulher que usa sutiã, eu não consegui produzir de imediato esse sentido e também nada disse. Não queria ameaçar meu reconhecimento como feminista. Mesmo agora, narrando essa cena, sinto vergonha, e levanto questões sobre mantê-la na escrita do TCC. Sinto vergonha por ter colocado o sutiã num lugar de importância naquela época, e sinto vergonha em imaginar que pode parecer que estou voltando a colocá-lo agora. A importância, no entanto, não é a do sutiã: a importância é a de sentir-se livre para performar o gênero de qualquer forma que seja.

Quando escrevo “livre”, não é fazendo referência à uma ideia descompromissada de liberdade em que simplesmente se faz o que dá vontade; aqui se coloca a liberdade como um exercício consciente, um exercício ético para conduzir-se - aquela liberdade mesma que é pré-condição para as relações de poder. Tomando por exemplo o uso do sutiã: não se trata de usar o sutiã porque “mulheres que se dão ao respeito usam sutiã”, ou de não usar o sutiã porque “feministas não usam sutiã”; trata-se de compreender as lógicas que embasam essas suposições e poder escolher usar ou não usar sutiã *apesar* delas, e tendo em vista o que a prática reproduz, que lógicas ajuda a sedimentar ou a erodir. Poder escolher ser uma mulher que não usa sutiã e saber que é digna de respeito assim como uma mulher que usa; poder escolher ser uma feminista que usa sutiã e saber que não deixa de ser feminista por fazê-lo - mas que talvez ao usá-lo, ao acionar esse símbolo, esteja fazendo a manutenção de uma posição de objeto para as mulheres. O sutiã, aqui, cabe como o objeto que é, com toda a sua materialidade, e cabe também como uma alegoria para as mais variadas formas de ser e estar no mundo, as mais variadas formas de conduzir-se, as mais variadas formas de produzir-se como sujeito.

O ENUDS foi um evento muito rico em experiência. Houve outros acontecimentos que movimentaram meus pensamentos. O coletivo que organizou o evento pela primeira vez em sua história havia deixado de ser composto por uma maioria de homens para ser composto exclusivamente por mulheres. Com uma preocupação gerada por casos de machismo em outras edições, aos quais não se deu encaminhamento, constituíram uma “comissão de

segurança de mulheres”, com autonomia para acolher denúncias e decidir encaminhamentos para as mesmas. Na plenária de encerramento, essa comissão reportou seu trabalho; narraram casos de machismo e racismo, nomearam os homens agressores um a um, e determinaram que, como consequência de seus atos, eles seriam expulsos do evento. Um daqueles homens estava presente na plenária; ficou em pé, se apresentou e pediu um espaço de fala para se defender da acusação que foi feita contra ele. A comissão de mulheres negou seu pedido; explicou que, em nossa sociedade, a fala dos homens é sempre privilegiada em relação a fala de uma mulher. Já que “lá fora” as denúncias de mulheres sobre as violências e abusos pelas quais passam são descreditadas e deslegitimadas, assim preservando o privilégio de fala do agressor que se diz inocente, dentro do ENUDS seria o contrário: a palavra daquelas mulheres que denunciaram terem sido vítimas de práticas machistas era final, e não haveria espaço de fala para os agressores se defenderem. Os ânimos ficaram exaltados na plenária, com trocas de gritos entre muitas pessoas, algumas reforçando o escracho dos agressores, outras acusando a comissão de mulheres de estar sendo policialesca.

Aquilo foi um tanto atordoante. Abandonei a plenária andando sem rumo; no caminho encontrei algumas das pessoas que formavam o grupo da UFRGS e também elas pareciam confusas. Compartilhamos um sentimento de desolação, uma impressão de que algo estava muito errado, um desânimo e uma vontade de ir embora. Em nome de libertar as mulheres da dominação masculina, vamos cercear a liberdade dos homens? Vamos, então, operar pela mesma distinção de sexo/gênero através da qual somos oprimidas como mulheres? Não se trata, então, de extinguir as lógicas conservadoras sobre as quais operam as opressões, se trata somente de invertê-las?

Esses conflitos com os quais me deparei nas cenas do ENUDS, à época, não se apresentavam de uma maneira tão legível. Houve um período de decantação da experiência e a associação dela a tantas outras discussões para que eu pudesse entender que é complicado falar em feminismo, no singular. Há variadas formas de ser feminista, diferenças internas ao movimento, que por vezes não só não dialogam como até apontam em direções opostas, entram em contradição; talvez seja ainda mais honesto se referir a diferentes movimentos feministas, que surgem nas tensões que multiplicam as ideias do feminismo em variadas vertentes e gerando alguns embates. Têm em comum o reconhecimento de um sistema de opressão que opera por distinções de gênero e o objetivo de combater essas opressões, mas

diferem no entendimento de como os marcadores de gênero operam e, talvez por isso mesmo, nas práticas guiadas por esse entendimento.

Já envolvida com o processo desta escrita, entrei em contato com um trabalho que me ajudou a compreender esses embates; foi a dissertação de mestrado de Daniela Dalbosco Dell’Aglío (2016), que, a partir de um acontecimento - “a ruptura da Marcha das Vadias de Porto Alegre no ano de 2014”, fez uma reflexão “sobre os atravessamentos políticos e as perspectivas feministas que se configuravam nesse momento no contexto feminista jovem da cidade.” Eu não participei diretamente dos momentos que ela narra e que levaram a essa ruptura - fui uma espectadora como participante da marcha -, mas ainda assim pude reconhecer as narrativas presentes nessa dissertação. Acredito que isso tenha acontecido porque, de alguma forma, eu vivi esses atravessamentos nesse mesmo recorte contextual - feminista jovem na cidade de Porto Alegre -, e vivi algumas das suas reverberações, ideias e discussões.

Na diversidade - e nas divergências - de ideias e práticas que embasam os feminismos, Dell’Aglío encontra também a diversidade dos sujeitos que as operam e a da construção do sujeito do feminismo: “pra quem o feminismo serve, está e esteve em disputa ao longo da história.” (2016, p. 28)

Esse sujeito do feminismo, em sua gênese, era representado pela categoria “mulheres”, que se construiu num momento histórico em que as reivindicações feministas estavam direcionadas a uma emancipação através do reconhecimento de seus direitos a partir da legislação. Butler (2010) problematiza a persistência dessa ancoragem numa identidade definida; parte da noção de Foucault de que os sistemas jurídicos, ao representarem um sujeito, estão produzindo esse sujeito.

“E assim, o sujeito feminista se revela discursivamente constituído -, e pelo próprio sistema político que supostamente deveria facilitar sua emancipação, o que se tornaria politicamente problemático, se fosse possível demonstrar que esse sistema produza sujeitos com traços de gênero determinados em conformidade com um eixo diferencial de dominação, ou os produza presumivelmente masculinos. Em tais casos, um apelo crítico a esse sistema em nome da emancipação das mulheres estaria inelutavelmente fadado ao fracasso.” (p. 19)

Butler transcende essa preocupação com o que se cristaliza através da legislação e questiona “Seria a construção da categoria das mulheres como sujeito coerente e estável uma regulação e reificação inconsciente das relações de gênero? E não seria essa reificação precisamente o contrário dos objetivos feministas? [...] Que relações de dominação e exclusão

se afirmam inintencionalmente quando a representação se torna o único foco da política?” (2013, p. 23)

Essa categoria mulheres como um sujeito uno com reivindicações unas começou a ser questionada já no início do movimento feminista, por mulheres negras. Opondo-se a uma percepção masculina de que as mulheres não poderiam votar por serem frágeis, supostamente incapazes até mesmo de atravessar uma poça d’água sem a ajuda de um homem, Sojourner Truth, ex escravidada negra norte americana, questiona: “Acaso não sou uma mulher?” (Silveira, 2013, p. 44) O fato denotado por ela, de ser mulher e ter trabalhado pesadamente uma vida inteira, ao mesmo tempo em que contradizia a percepção masculina de que as mulheres seriam frágeis, denunciava a invisibilidade das mulheres negras no feminismo.

A categoria “mulheres”, portanto, se mostrava ela mesma frágil por sua parcialidade, por não dar conta da pluralidade que se apresenta no encontro do marcador identitário de gênero com o de raça. Não é também assim com os demais marcadores, mesmo com todas as forças que nos produzem como sujeitos? Também as pessoas trans e intersex desafiam essa fixidez das identidades. Talvez seja necessário um feminismo com menos fronteiras identitárias, não só em relação a como as mulheres se produzem enquanto mulheres, (usando sutiã ou não), mas também a quem pode ser o sujeito do feminismo.

Dell’Aglia (2016) traz para seu trabalho apontamentos que indicam que o feminismo não é apenas uma pluralidade de movimentos no sentido de grupos e organizações que reivindicam pautas específicas; o feminismo é “uma ética-política”, que guia a forma de a pessoa feminista conduzir-se em qualquer espaço que ocupe politicamente. Penso que, nesse sentido, há uma acessibilidade do feminismo. É claro que a experiência é determinante na construção dessa ética, mas na singularidade dos atravessamentos de forças a que estamos sujeitos, pode se produzir em qualquer corpo.

Parece que vivemos tempos de políticas identitárias algo ditatoriais, não só no feminismo. Ansiamos por definirmos a nós mesmos e aos outros: homem, mulher, trans, cis, hétero, homo, negro, branco, católico, espírita, ateu, de esquerda, de direita, cidadão de bem, bandido... Geralmente criando relações de antagonismo, maniqueístas. O que eu sou é bom e o que o outro é mau; o que não pode ser lido com facilidade é uma ameaça, então todas as características do outro precisam ser nomeadas para facilitar a minha leitura sobre ele. Essas identidades vêm como um *checklist* de ideias com as quais se concorda, ideias com as quais se discorda, coisas que se deseja e coisas que se abomina, e estamos desesperados por nos

mantermos dentro dessas caixinhas, pertencermos a esse grupos. Agarramo-nos a essas identidades e seguimos com tanta dureza o *checklist*, com tanta pressa, tanto desespero, tanta certeza dos nossos posicionamentos frente a qualquer situação... Porque, afinal de contas, se pestanejarmos seremos questionados, não só sobre a nossa posição, mas também sobre quem nos tornamos. Assim, bastaria assumir uma identidade?

Existe uma consequência em fortalecer uma luta contra a opressão através de práticas que direcionam o indivíduo para uma posição identitária, que é justamente a de cristalizar o antagonismo. Ao antagonizar os sujeitos que se encontram operando a opressão, reforça-se a posição identitária do opressor. Por um lado, é uma forma de defesa, uma forma de blindarmo-nos. No entanto, ao blindarmo-nos da opressão, talvez estejamos nos privando de produzir transformação através da experiência.

“O sujeito da experiência é um sujeito "ex-posto". Do ponto de vista da experiência, o importante não é nem a posição (nossa maneira de pormos), nem a “o-posição” (nossa maneira de opormos), nem a “im-posição” (nossa maneira de impormos), nem a “pro-posição” (nossa maneira de propormos), mas a “ex-posição”, nossa maneira de “ex-pormos”, com tudo o que isso tem de vulnerabilidade e de risco.” (Larrosa, 2002, p. 24-25)

Ao ampararmo-nos num discurso que rejeita tudo o que vem do homem-branco-hetero-cis-de-classe-média, ou que se centra nessa direção e não percorre as variações do sujeito que escapam a essa posição instituída, estamos nos privando de estarmos vulneráveis para experienciar diferentes oportunidades de empoderamento, de discussão, de diálogo. Ao invés de fazer às opressões uma oposição de barreira, há que se afirmar posições que proponham um deslocamento. Não se trata de inverter as posições... Talvez seja importante pensar sobre como é possível se “ex-por” à experiência sem se colocar vulnerável à opressão. É importante diferenciar disso uma situação em que a violência é iminente, em que há uma pessoa prestes a ser violentada ou submetida a uma violência em curso, porque nessa situação a prioridade é que cesse a violência. É no momento da criação de sentidos a respeito dessa experiência, acredito, que se deva criar uma abertura. Não é uma questão de aceitar a violência (física ou simbólica), é uma questão problematizarmos a explicação pronta para ela e a reação de rejeição imediata a quem identificamos como opressor, a fim de habitarmos a análise de discursos que reproduzem a relação instituída entre causa e efeito, vítima e opressor.

A lógica identitária nos induz a dar maior destaque ao que o “opressor” representa, e menos ao exercício da experiência de ser mulher e às práticas que queremos construir. Joan

Scott (2005) já falou sobre a relação paradoxal que observa na criação das identidades de grupo. Ela narra uma disputa de posicionamentos políticos cujos argumentos se embasavam em dar mais ou menos peso a um dos pólos da dicotomia grupo versus indivíduo, e mostra como essa dicotomia institui um paradoxo: ao afirmar a necessidade de políticas específicas para grupos identitários, nega-se a individualidade dos sujeitos. Explica que, para que um sujeito possa gozar de uma política específica, precisa ser reconhecido como pertencente ao grupo identitário, e assim cria-se normas, por exemplo, sobre o que é ser gay ou o que é ser negro. “Os termos de exclusão sobre os quais essa discriminação está amparada são ao mesmo tempo negados e reproduzidos nas demandas pela inclusão.” (pg. 15) Assim, é necessário afirmar a identidade “mulheres” como pessoas que precisam de uma proteção especial por parte do estado a fim de alcançar a igualdade entre homens e mulheres, mas ao fazer isso se está justamente reconhecendo-as como vulneráveis em relação aos homens - ou seja, afirmando uma diferença, mesmo tendo como objetivo alcançar uma igualdade.

Compartilha, então, a ideia mesma que vem permeando esta escrita desde o Foucault falando sobre o discurso até a percepção de que o sexo é, assim como o gênero, uma construção: a diferença não é prévia à definição, é a própria definição da diferença que a institui. A partir disso, Scott (2005) argumenta que

“Se identidades de grupo são um fato da existência social e se as possibilidades de identidades individuais repousam sobre elas tanto em sentido positivo quanto negativo, então não faz sentido tentar acabar com os grupos ou propositadamente ignorar sua existência em nome dos direitos dos indivíduos. Faz mais sentido perguntar como os processos de diferenciação social operam e desenvolver análises de igualdade e discriminação que tratem as identidades não como entidades eternas, mas como efeitos de processos políticos e sociais. Em quais circunstâncias a diferença entre os sexos importa para o tratamento das mulheres na política? [...] Como leis e outras estruturas institucionais produziram ou transformaram as fronteiras entre os grupos sociais? Quais têm sido as formas coletivas e individuais de resistência a identidades de grupo? Essas questões presumem que a identidade é um processo complexo e contingente suscetível a transformações. Elas também subentendem que política é a negociação de identidades e dos termos de diferença entre elas. [...] As melhores soluções políticas na atualidade reconhecem os perigos de insistir em uma solução final e totalizante (ou grupos ou indivíduos, ou igualdade ou diferença).” (p. 29)

Ela dá, então, uma pista: para buscar o equilíbrio no paradoxo das políticas identitárias precisamos prestar atenção ao que há de singular no tempo e no espaço em análise; não somente o que há antes da produção de uma prática, mas o que de singular se produz a partir das próprias práticas.

Por fim, talvez seja inevitável pensar sobre como os privilégios garantidos pelos marcadores sociais que me atravessam - porque não sou apenas mulher, sou branca, cisgênera, de classe média - garantem uma posição confortável e segura para questionar a fixidez das identidades, inclusive das de opressor. Ainda assim, o gosto azedo segue na boca... Sidnei, Isamara, seu filho, mais oito mulheres e dois homens morreram, mas permanece o eco da carta a gritar e solicitar passagem entre nós.

5. INCONCLUSÃO

Quando eu iniciei este TCC - ainda num outro formato cujos resultados aparecem apenas esparçadamente nestas páginas - tinha a pretensão de dissecar a carta de Sidnei. Tinha também a pretensão de apontar caminhos para fazer cessar a violência de gênero, a pretensão de que este processo de trabalho pudesse chegar à conclusão sobre quais seriam boas estratégias para aquele fim.

Contudo, ao abraçar uma proposta de escrita viva, o ensaio do pensamento a partir da experiência como proposto por Larrosa, reencontrei algo que aprendi ao longo da formação em Psicologia: mais importante do que dar respostas, é fazer perguntas. As respostas, por vezes, funcionam como fechamentos - cheguei a uma resposta, então posso encerrar meus esforços sobre a questão. As perguntas, por outro lado, são aberturas, são provocações, porque convidam a uma continuidade, a um dar mais um passo à frente, ao explorar outros saberes. “[...] posto que não se pode antecipar o resultado, a experiência não é o caminho até um objetivo previsto, até uma meta que se conhece de antemão, mas é uma abertura para o desconhecido, para o que não se pode antecipar nem “pré-ver” nem “pré-dizer”.” (Larrosa, 2003, p. 28)

Com esse movimento, inevitavelmente, ao modificar o processo de escrita, modifiquei os caminhos percorridos pelo meu pensamento; nesse desvio de rota, a carta de Sidnei deixou de ser um objeto privilegiado sobre o qual eu me debruçaria e passou a desempenhar o papel de um disparador, um nó a partir do qual desatei a memória de um bocado de experiências que participaram da construção de um posicionamento ético-político e, portanto, da minha formação como Psicóloga.

Apesar de o saber de experiência poder parecer se opôr ao conhecimento científico nas proposições de Larrosa (2003), o que aparece nas narrativas que compõem este TCC é

justamente que é possível produzir experiência no contato com o saber científico, dentro e fora da sala de aula, dentro e fora da universidade. Pensar as relações de poder implica pensar como os diferentes modos de produzir saberes são utilizados para estruturar lógicas de hierarquia e governo das relações. Optar pelo percurso do saber da experiência reposiciona as relações que estabelecemos com os diferentes saberes como exercício de pensamento e análise do sentido em produção na vida.

Em mais de um momento nos últimos semestres da graduação, em diálogos com colegas sobre nossas formações em Psicologia, compartilhamos uma apreensão por sentirmo-nos com pouco aporte técnico para exercermos a profissão de psicólogos; como se não estivéssemos concluindo o curso em posse de um conhecimento “palpável”, de um conhecimento descritível, passível de ser nomeado. Todavia, o compartilhamento dessas preocupações veio também com o compartilhamento das experiências de formação, dentre elas variadas cenas de estágio em que entrávamos em embate com as equipes com as quais trabalhávamos; nelas, identificamos que tínhamos em comum o hábito de um exercício ético que guiava e diversificava nossos posicionamentos. Percebemos, então, que a graduação nos munuiu de elementos que nos permitem a construção de um posicionamento ético-político ativo. Não *um* posicionamento: aprendemos a nos posicionar, a fazer o movimento que precede a tomada de posição, e a reconhecer a posição e os elementos que a compõem. Talvez aqui esteja uma pista de como a formação articulada com a noção de saber da experiência pode afirmar outros modos de nos constituirmos nas relações entre saberes.

Meus recursos para a atuação como psicóloga muito mais colhi nas intensidades dos acontecimentos que se mostraram como enigma, tenham sido eles na sala de aula ou nos campos de estágio ou no diretório acadêmico ou dentro de casa. O deparar-se com um não-saber-o-que-fazer cria uma experiência na medida em que torna subjetivamente necessário um saber - que pode ser o do conhecimento científico. Não necessário por definir-se que tal profissional deve dominar tal técnica, e sim necessário porque de fato a vida surpreendeu com uma situação que exigiu uma estratégia antes não desenvolvida, e talvez para o desenvolvimento dessa estratégia seja necessário acessar os saberes que se supõe que deva dominar.

6. REFERÊNCIAS

“Após um ano da Lei do Feminicídio, ainda não há estatísticas nacionais recentes sobre o assunto”. (07 de março de 2016). *Rádio Câmara*. Recuperado de <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/radio/materias/RADIOAGENCIA/504847-APOS-UM-ANO-DA-LEI-DO-FEMINICIDIO,-AINDA-NAO-HA-ESTATISTICAS-NACIONAIS-RECENTES-SOBRE-O-ASSUNTO.html>. Último acesso em 12/01/2017.

“Assassino de Campinas atirou sozinho, mas não inventou assassinato de mulheres sozinho, diz filósofa”. (05 de janeiro de 2017). *BBC Brasil*. Recuperado de <http://www.bbc.com/portuguese/brasil-38503326> Último acesso em 11/01/2017.

“Atirador deixou carta para amigos e namorada antes de matar 12 pessoas” (02 de janeiro de 2017). *G1 Campinas e Região*. Recuperado de <http://glo.bo/2i3tb31>. Último acesso em 27/02/2017.

Baremblytt, G. (2002). *Compêndio de Análise Institucional e outras correntes*. Belo Horizonte: Instituto Félix Guattari.

Brasil. (2006). Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006.

Brasil. (2015). Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015.

Butler, J. (2010). *Problemas de gênero: feminismo e subversão de gênero*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

Comissão de Graduação do Curso de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. (2010). Resolução nº 10/2010.

Conselho Federal de Psicologia. (2003). Resolução nº 05/2003.

“Crueldade nos homicídios de pessoas trans indica intolerância e ‘aviso’, dizem especialistas”. (18 de março de 2017). *UOL Notícias*. Recuperado de <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2017/03/18/crueldade-nos-homicidios-d-e-pessoas-trans-indica-intolerancia-e-aviso-dizem-especialistas.htm>. Último acesso em 31/07/2017.

Dell’Aglío, D.D. (2016). *Marcha das Vadias: Entre tensões, dissidências e rupturas nos feminismos contemporâneos*. Dissertação de Mestrado. UFRGS.

Dumaresq, M. L. (2016). *Os dez anos da Lei Maria da Penha: uma visão prospectiva*. Brasília: Núcleo de Estudos e Pesquisas/CONLEG/Senado.

Figueiredo, L.C.M.; Santi, P.L.R. (2002). *Psicologia: uma nova introdução*. São Paulo: Educ.

Foucault, M. (1979) O Sujeito e o Poder. In: Dreyfus, H. L. (1995) Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

Foucault, M. (2012). A ordem do discurso: aula inaugural do Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Edições Loyola.

Guaranha, C. (2014). O desafio da equidade e da integralidade: travestilidades e transexualidades no sistema único de saúde. Dissertação de Mestrado. UFRGS.

Guareschi, N. (2002). Resposta da ABRAPSO à solicitação do CFP sobre especialidade em Psicologia Social. Recuperado de http://abrapso.org.br/siteprincipal/images/Documentos/respostadaabrapso_especialidadeem%20psicologiasocial.pdf

Larrosa, J. (2002). Notas sobre a experiência e o saber de experiência. *Revista Brasileira de Educação*, (19).

Larrosa, J. (2003). O ensaio e a escrita acadêmica. *Educação & Realidade*, 28(2).

Larrosa, J. (2004). A operação ensaio: sobre o ensaiar e o ensaiar-se no pensamento, na escrita e na vida. *Educação & Realidade*, 29(1).

Machado, P. S. (2008). O sexo dos anjos: representações e práticas em torno do gerenciamento sociomédico e cotidiano da intersexualidade. Tese de Doutorado. UFRGS.

Scott, J. W. (2005). O enigma da igualdade. *Revista Estudos Feministas*, 13(3).

Silveira, R. D. S. (2013). Interseccionalidade gênero/raça e etnia e a Lei Maria da Penha: discursos jurídicos brasileiros e espanhóis e a produção de subjetividade. Tese de Doutorado. UFRGS.

Waiselfisz, J. J. (2015). Mapa da violência 2015: homicídios de mulheres no Brasil. Brasília: FLACSO Brasil.